

COMPARANDO FORMAS DE “IMAGINAR” E “NARRAR” A NAÇÃO NAS AMÉRICAS: AS EXPERIÊNCIAS ARGENTINA, BRASILEIRA E NORTE-AMERICANA

Aluna: Talita Brito dos Santos
Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona

Introdução

No século XIX o Império brasileiro sofreria grandes críticas. As Leis Eusébio de Queirós e Nabuco de Araújo (1850), como resposta à pressão inglesa que exigia o fim do tráfico negreiro, geraram grande insatisfação por parte dos latifundiários escravistas, membros da elite econômica apoiante da Coroa.

Por volta dos anos de 1870, a escravidão – até então o pilar de sustentação do regime – estava já condenada ao seu término. Enquanto o movimento abolicionista ganhava cada vez mais adeptos, os latifundiários se preparavam para o inevitável. A escravidão tornara-se, ademais, uma instituição desmoralizada, nada condizente com o então propagado desejo de progresso e civilização.

Não alheio a esse fato, o Império sentiu a necessidade de promover mudanças para se sustentar no poder. E o resultado disso foram os vários movimentos reformistas característicos do período 1870 – 1889, encaminhados por deputados ora liberais, ora conservadores, tais como a reforma eleitoral e a discussão acerca da emancipação dos escravos.

Diante disso, uma série de outros assuntos veio à tona. De que maneira se daria a emancipação dos escravos? Seria ela definitiva ou em longo prazo? Haveria indenização? Passariam a ter os libertos o direito de votar?

Outra preocupação sempre presente era a substituição dos braços na lavoura. Qual a melhor opção, a imigração europeia ou a asiática? Seriam tais imigrantes naturalizados? Gozariam dos mesmos direitos? Poderia eles ter acesso a terra?

Essas e outras perguntas permeavam os debates parlamentares da época, e suas respostas encontradas – propositalmente ou não – certamente influenciaram e nortearam as decisões de um Império que naquele tumultuado momento lutava para se afastar de uma iminente crise, a qual acabou culminando, em 1889, com a proclamação da República.

Objetivos

Identificar como os intelectuais e homens públicos brasileiros, em especial Joaquim Nabuco, lidaram com os principais assuntos desafiadores da conjuntura política daquela época: a emancipação dos escravos, a regulamentação da aquisição da terra e o direito ou não ao voto por parte dos analfabetos, dos libertos e daqueles que não professavam o catolicismo – até então a religião oficial do regime imperial.

Metodologia

Trabalhando com discursos parlamentares, nossa pesquisa vem se ocupando dessas recorrentes discussões presentes naquele privilegiado espaço político brasileiro. A análise dos Anais da Câmara dos Deputados no período de 1879 (ano em que Joaquim Nabuco, um dos destaques de nosso estudo, atuou como parlamentar), aliada ao estudo de textos teóricos indicados pelo orientador, nos permite uma reflexão crítica sobre como Nabuco e os demais

políticos seus contemporâneos se comportaram diante das questões de principal destaque naquele contexto de tensão que marcou os momentos finais do Império.

Conclusões

Embora o Partido Liberal, no poder em 1879, tenha tomado para si a liderança no projeto de reformas – dentre elas a reforma eleitoral de 1881 -, acabou encontrando como grandes obstáculos a posição moderada de muitos de seus membros, a exigência dos mais radicais, inclusive os republicanos, a oposição do Partido Conservador, e sobretudo, um ministério ainda bastante tolhido pelo Poder Moderador.

Com a leitura dos discursos na Câmara dos Deputados, percebe-se uma intensa insatisfação por grande parte muitos desses políticos acerca da atuação do Imperador. Essa insatisfação se tornava evidente sobretudo na voz daqueles monarquistas que defendiam um liberalismo mais radical, baseado na emancipação imediata da escravidão; e, também, no aparecimento, ainda que mais tímido, daqueles que então já defendiam o ideal republicano.

É em meio a esse jogo político que foram discutidos o escravismo, a cidadania e voto, o trabalho assalariado, a imigração e acesso a terras. Compreender como se davam essas relações de poder possibilita-nos uma melhor compreensão sobre como aqueles homens viram as principais questões reclamadas por uma sociedade em intensa transformação.

Referências

1 - COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

2 - PAMPLONA, Marco Antonio. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 2003, n. 32.

3 – MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.